

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10.

1 A violência contra a mulher sempre foi uma questão gravíssima no Brasil. Em 2019, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a cada dois minutos era criado um boletim de ocorrência, em alguma delegacia policial do País, com denúncia de vítima de violência no convívio doméstico. O problema já era imenso e ficou pior com o necessário isolamento social decorrente da pandemia de covid-19.

Desde o início da quarentena, em março de 2020, o número de denúncias recebidas pelo canal Ligue 180, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), aumentou 17,9%, em todo o País, em comparação com o mesmo período de 2019. No mês seguinte, em abril, o crescimento foi de 37,6%.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no estudo “Violência doméstica durante a pandemia de covid-19”, apresentados em maio de 2020, demonstram que o feminicídio no País cresceu 22,2% nos meses de março e abril de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os dados indicam que houve menos registros de ocorrências de violência contra a mulher nas delegacias de todo o País. Consequentemente, houve a redução da concessão de medidas protetivas de urgência para evitar o contato de agressores com mulheres.

Essa queda nos registros, certamente, ocorreu porque milhões de mulheres estão confinadas com seus agressores em casa, muitas em situação de cativo, o que prejudica a denúncia em delegacias policiais, mesmo com os sistemas virtuais. Constata-se o acerto dessa conclusão pelo expressivo aumento do número de feminicídios no Brasil. Fenômeno similar foi constatado na Itália e divulgado pela ONU.

Também em razão desse cenário, foi sancionada a Lei n.º 14.022/2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar durante a pandemia do novo coronavírus. A norma torna essenciais os serviços relacionados ao combate e à prevenção das agressões tanto contra mulheres quanto contra idosos, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência.

Além disso, o Poder Público deverá garantir a manutenção do atendimento presencial de mulheres, idosos, crianças ou adolescentes em situação de violência, com a adaptação dos procedimentos estabelecidos na Lei Maria da Penha. Também está prevista a promoção de uma campanha informativa sobre prevenção à violência e acesso a mecanismos de denúncia durante o estado de emergência.

Além dessas medidas, é necessário criar políticas públicas de prevenção para que a violência contra a mulher seja contida e não chegue ao ponto mais negativo, irreversível e irreparável, o feminicídio.

O conceito da violência doméstica e familiar presente na legislação parte da premissa do que se estabelece no âmbito de relações desiguais com base na diferença de gênero. A lei caracteriza como brutal qualquer condição que venha a causar a diminuição, seja moral, seja física, seja psicológica, da pessoa.

O fato é que muitas mulheres precisam de apoio para compreender o potencial que possuem e o seu importante papel para alterar esse cenário de violência, o que só ocorrerá com o engajamento de cada vez mais mulheres na luta por igualdade de direitos e por respeito.

Ana Tereza Basílio. **A pandemia e a violência doméstica.**
Internet: <www.jb.com.br> (com adaptações).

Considerando a tipologia do texto, as ideias nele expressas e seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 10.

- 1 No texto, estruturado em forma dissertativa, o público leitor é informado do aumento da violência doméstica contra a mulher durante o período de confinamento decorrente da pandemia de covid-19.
- 2 Entende-se da leitura do texto que a concessão de medidas protetivas de urgência a mulheres que sofrem violência doméstica requer o registro de ocorrência da agressão em delegacias de polícia.
- 3 As palavras “vítima” (linha 3), “período” (linha 7) e “âmbito” (linha 27) são acentuadas graficamente por serem proparoxítonas.
- 4 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto caso o trecho “O problema já era imenso e ficou pior com o” (linha 3) fosse assim reescrito: **O problema, que já era imenso, intensificou-se ainda mais devido o.**

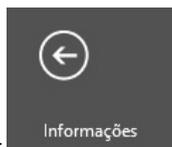
- 5 Na linha 6, estaria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “aumentou” estivesse flexionada na terceira pessoa do plural – **aumentaram** –, dada a possibilidade prevista na gramática normativa de concordância com o termo posposto – a expressão numérica “17,9%”.
- 6 Consideradas as relações de coesão do texto, é correto afirmar que, na linha 14, o vocábulo “o”, em “o que prejudica”, está empregado em referência a “cativo”.
- 7 Na linha 18, o termo “essenciais” está empregado como complemento verbal – objeto direto – de “torna”.
- 8 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso o segmento “atendimento presencial de mulheres” (linha 21) fosse substituído por **atendimento presencial à mulheres**.

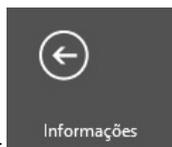
- 9 No segmento “que venha a causar a diminuição” (linhas 28 e 29), o verbo auxiliar da locução verbal está conjugado no tempo presente do modo subjuntivo.
- 10 A linguagem empregada no terceiro parágrafo do texto e o seu teor são adequados para embasar, de forma argumentativa, o texto de um documento oficial no qual se solicitem, por exemplo, providências urgentes do Poder Público para conter o crescimento da violência doméstica contra a mulher durante o período de isolamento social em razão da pandemia de covid-19.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação aos tipos de computadores, ao programa Word 2013 e ao sistema operacional Windows 10, julgue os itens de 11 a 15.

- 11 O PDA é o maior computador existente no mercado e um dos computadores mais robustos, pois é destinado a processar um grande volume de dados.
- 12 Tanto os *desktops* quanto os *laptops* são considerados como computadores pessoais.
- 13 Ao clicar o *menu* Arquivo do Word 2013 e, em seguida,



Informações – , o usuário poderá acessar recursos que o ajudem no gerenciamento de permissões e versões.

- 14 Mesmo se o usuário estiver usando uma segunda área de trabalho, não é possível, no Windows 10, alternar entre um aplicativo e outro.
- 15 Imagem, Cor Sólida e Apresentação de *Slides* são opções de configuração da tela de fundo do Windows 10.

Acerca dos conceitos de redes de computadores, dos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas e das noções de vírus, *worms* e pragas virtuais, julgue os itens de 16 a 20.

- 16 ARP e UDP são alguns dos protocolos que fazem parte da pilha de protocolos TCP/IP.
- 17 Caso o usuário possua somente um *modem* ADSL para acessar a Internet, não será possível compartilhar essa conexão na rede para outros usuários.
- 18 Quando um arquivo é criado no Windows, seu tamanho inicial é de 1.024 KB. À medida que ele vai sendo editado, seu tamanho vai aumentando (sempre para um número múltiplo de 1.024 KB).
- 19 No Windows 8, por meio do Explorador de Arquivos, é possível descobrir quantos arquivos existem em uma determinada pasta.
- 20 O *phishing* é um programa que é instalado no computador do usuário quando ele acessa *sites* confiáveis. Por meio dele, o *site* capta (pesca) informações de acesso apenas para fins estatísticos.

Em um torneio mundial, o grupo A da fase de grupos era composto pelas seleções da Alemanha, do Brasil, do Catar e da Dinamarca. Cada uma das seleções jogaria uma vez contra cada uma das demais seleções e ganharia 3 pontos em caso de vitória e 1 ponto em caso de empate; em caso de derrota, não ganharia nenhum ponto. Todas as seleções possuíam a mesma probabilidade de vitória e, no final da fase de grupos, o Brasil estava com 7 pontos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de 21 a 24.

- 21 A probabilidade de a Alemanha ter feito 5 pontos é de $\frac{2}{9}$.
- 22 Além do Brasil, a pontuação máxima que outra seleção do grupo A pode ter obtido é de 6 pontos.
- 23 Além do Brasil, as demais seleções do grupo A fizeram, juntas, no mínimo, 8 pontos.
- 24 Suponha-se que a fase de grupos seja disputada em 3 dias, com duas partidas por dia, uma durante a tarde e outra durante a noite, e que as seleções não possam jogar mais que uma vez por dia. Nesse caso, é correto afirmar que há exatamente 48 formas de se organizar todas as partidas desse grupo.

RASCUNHO

Uma lanchonete vende, exclusivamente, 2 tipos de sanduíche: o *cheeseburger* simples e o *cheeseburger* duplo. A única diferença entre eles, além do preço (o *cheeseburger* simples custa R\$ 10,00 e o *cheeseburger* duplo custa R\$ 15,00), é que o primeiro consiste em um hambúrguer e duas fatias de queijo e o segundo, por sua vez, em 2 hambúrgueres e 3 fatias de queijo. Em um determinado dia, o gerente da lanchonete observou que foram consumidos 88 hambúrgueres e 157 fatias de queijo.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **25 a 27**.

- 25** No dia mencionado, foram vendidos mais de 70 sanduíches na lanchonete.
- 26** A lanchonete vendeu, nesse dia, mais de R\$ 800,00 em sanduíches.
- 27** Se tivessem sido vendidos 15 *cheeseburgers* duplos a mais nesse dia, a lanchonete teria ganhado, exatamente, o mesmo valor que recebeu com *cheeseburgers* simples.

Luigi e Mário são irmãos que se amam, mas que vivem discutindo por motivos banais. Para evitar mais um conflito, Mário sugeriu uma solução simples: um jogo de cara ou coroa. Ele puxou uma moeda do bolso e disse: “Vou fazer um lançamento com essa moeda. Se der cara, serei o vencedor e, se der coroa, você será o vencedor”. Luigi achou uma ótima ideia e concordou, mas ele não sabia que a moeda de Mário não era honesta. Na verdade, a probabilidade de sair coroa era 4 vezes menor que a probabilidade de sair cara.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **28 a 30**.

- 28** A probabilidade de Luigi ser vencedor dessa discussão é de 20%.
- 29** Se os irmãos usarem esse método para resolver as próximas 3 discussões entre eles, a probabilidade de que Mário ganhe todas elas é superior a 50%.
- 30** A probabilidade de Mário vencer 7 vezes seguidas nesse jogo é maior que a probabilidade de Luigi vencer apenas uma.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, julgue os itens de **31 a 35**.

- 31** Considera-se como agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.
- 32** O integral ressarcimento do dano ocasionado por agente público, no caso de lesão ao patrimônio público, ocorrerá somente se houver dolo.
- 33** O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilicitamente estará sujeito às cominações dessa Lei até o limite do valor da herança.
- 34** Caso seja realizado por um servidor público estatutário, o uso em proveito próprio de bens integrantes do acervo patrimonial de uma autarquia pública não poderá ser considerado como ato de improbidade administrativa.
- 35** Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

Conforme a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens de **36 a 40** a respeito do processo administrativo.

- 36** No processo administrativo, é vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- 37** No processo administrativo, há a proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
- 38** Deve ser observado o critério da impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- 39** Mesmo no caso de assuntos que importem pretensões equivalentes, é vedado aos órgãos públicos elaborar modelos de formulários padronizados.
- 40** Para a segurança do administrado, os atos do processo administrativo sempre terão de ser realizados de forma determinada e em dias úteis, no horário comercial estabelecido pelo município.

A Lei n.º 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Segundo essa Lei, denominada Lei de Acesso à Informação, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** As empresas públicas e as sociedades de economia mista, apesar de integrarem a administração pública indireta, não se sujeitam a essa Lei.
- 42** Uma das diretrizes da Lei de Acesso à Informação é a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- 43** Caberá recurso à Controladoria-Geral da União no caso de negativa de acesso à informação, realizada por órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal.
- 44** Documentos que tratem de condutas que impliquem violação de direitos humanos praticada por agentes públicos poderão ser objeto de restrição de acesso.
- 45** Aquele que obteve informação classificada como sigilosa tem a obrigação de resguardar o sigilo.

Diversos são os sentidos do termo “estado”, e isso porque diversos podem ser os ângulos em que pode ser enfocado.

No sentido, porém, de sociedade política permanente, a denominação “Estado” surge no século XVI, na obra **O Príncipe**, de Maquiavel, indicando, no entanto, as comunidades formadas pelas cidades-Estado.

A evolução da instituição acabou culminando no surgimento do Estado de direito, noção que se baseia na regra de que ao mesmo tempo em que o Estado cria o direito deve se sujeitar a ele. A fórmula do *rule of law* prosperou de tal forma que, no mundo jurídico ocidental, se tornou um postulado fundamental.

José dos Santos Carvalho Filho. **Manual de direito administrativo**. 32.ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **46 a 50** quanto a Estado, a governo e à Administração Pública.

- 46** O Estado brasileiro possui organização política, social e administrativa. Contudo, devido à sua característica de representação, não é dotado de personalidade jurídica.

- 47** A organização e o controle social são de responsabilidade do Estado, que é o detentor legítimo e exclusivo do uso da força.
- 48** A Constituição Federal de 1988 dispõe acerca da existência dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, todos eles dotados de funções típicas, sendo inconstitucional a realização de qualquer função atípica, como, por exemplo, o Poder Executivo realizar a edição de normas com força de lei.
- 49** O governo é um elemento formador do Estado e a cúpula diretiva do Estado.
- 50** O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado prevê que os interesses da sociedade devem prevalecer diante do interesse individual, permitindo que o Estado se coloque em uma posição especial frente ao particular.

No que se refere à organização administrativa do Estado, julgue os itens de **51** a **55**.

- 51** A administração direta possui capacidade política e administrativa.
- 52** A Administração pode descentralizar seus serviços para particulares, mediante contratos administrativos de concessão, como ocorre, por exemplo, no caso de serviços de telecomunicação.
- 53** Entre a administração direta e a administração indireta, está presente a hierarquia, uma vez que é possível que esta sofra o controle finalístico daquela.
- 54** A desconcentração ocorre quando há a distribuição interna de competências no âmbito da mesma pessoa jurídica.
- 55** A descentralização, por meio de delegação, é feita com a transferência de titularidade de serviço público a entidades de direito privado da administração indireta ou a particulares.

Muitos são os conceitos encontrados nos autores modernos de direito. Alguns levam em conta apenas as atividades administrativas em si mesmas; outros preferem dar relevo aos fins desejados pelo Estado. Em nosso entender, porém, o direito administrativo, com a evolução que o vem impulsionando contemporaneamente, há de focar-se em dois tipos fundamentais de relações jurídicas: uma, de caráter interno, que existe entre as pessoas administrativas e entre os órgãos que as compõem; outra, de caráter externo, que se forma entre o Estado e a coletividade em geral.

José dos Santos Carvalho Filho. **Manual de direito administrativo**. 32.ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens de **56** a **60**.

- 56** O conjunto de atribuições e responsabilidades previsto na estrutura organizacional de uma instituição pública é denominado função pública.
- 57** Cabe ao Poder Judiciário realizar o controle do poder discricionário do Poder Executivo, mesmo quando se tratar da análise de conveniência e oportunidade.
- 58** Os requisitos dos atos administrativos, também chamados por alguns autores de elementos do ato administrativo, devem ser observados. Contudo, a inobservância de apenas um dos seus elementos não caracterizará vício de legalidade.
- 59** A exoneração de um servidor público é classificada como um ato constitutivo e a aposentadoria compulsória de um servidor público é classificada como ato declarativo.
- 60** A responsabilidade civil do Estado perante o particular é caracterizada como objetiva e a responsabilidade civil do agente público causador do dano em relação ao Estado é considerada como subjetiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Para se realizar o exercício profissional de forma crítica e competente, é importante compreender a instrumentalidade no trabalho do assistente social. Com base nos estudos de Yolanda Guerra sobre a instrumentalidade no trabalho do assistente social, julgue os itens **61** e **62**.

- 61** A conjuntura, a divisão do trabalho, os objetos e os campos de intervenção são alguns dos elementos que compõem as condições objetivas do exercício profissional do assistente social.
- 62** A instrumentalidade do exercício profissional do assistente social é concebida como uma mediação, visto que, nessa concepção, o fazer profissional privilegia a dimensão técnico-instrumental.

O Código de Ética Profissional de 1993 é um instrumento que apresenta os princípios fundamentais defendidos pela profissão e prevê os direitos, os deveres e as vedações dos assistentes sociais. De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, julgue os itens de **63** a **66**.

- 63** O Código de Ética do Serviço Social remete a dois projetos: um deles refere-se ao projeto profissional e o outro alude à proposta de uma nova sociedade, que pressupõe a suplantação da sociedade burguesa.
- 64** Considerando-se os princípios fundamentais presentes no Código de Ética, é correto afirmar que o acesso dos usuários aos direitos sociais, às políticas sociais e aos programas institucionais constitui a finalidade última da ação do assistente social.
- 65** Constitui um direito do assistente social contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, de modo a apoiar os interesses profissionais e as legítimas demandas da população usuária.
- 66** É dever do assistente social incentivar a prática profissional multidisciplinar.

Quanto ao projeto ético-político do serviço social, que é um projeto que orienta o exercício profissional do assistente social, julgue os itens de **67** a **69**.

- 67** O assistente social que atua de forma crítica e é comprometido com o projeto ético-político garante que a intervenção planejada de forma consciente tenha um resultado de acordo com a direção e a intencionalidade propostas.
- 68** São componentes que dão visibilidade e materialidade ao projeto ético-político do serviço social: a produção de conhecimento da categoria; as instâncias político-organizativas da profissão; e a dimensão jurídico-política da profissão.
- 69** Considerando as ofensivas do capital e seus rebatimentos no serviço social, a reafirmação do projeto ético-político depende exclusivamente das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais.

A respeito da história do serviço social, julgue os itens de **70** a **73**.

- 70** A laicização da profissão e a instauração do pluralismo teórico, político e ideológico foram fatores importantes para a renovação do serviço social brasileiro e para a formação de uma vertente de “intenção de ruptura” com o conservadorismo na profissão.
- 71** O Congresso da Virada, como ficou conhecido o II CBAS, ocorreu em 1965, ocasião em que a vanguarda profissional, de forma organizada, destituiu a mesa de abertura, que era composta por representantes do conservadorismo brasileiro, substituindo-os por expoentes da categoria profissional que defendiam a democracia e a renovação do serviço social.
- 72** A prática profissional realizada pelos primeiros assistentes sociais eram voltadas, principalmente, para a organização da assistência, para a educação popular e para a pesquisa social, tendo como público preferencial as famílias operárias.
- 73** O serviço social brasileiro, na década de 1930, era fortemente influenciado pelo serviço social americano, que apresentava como características uma forte base filosófica e a ausência de técnicas e metodologias.

Planejar é uma das competências previstas para o assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Considerando os estudos de Myriam Veras Baptista e de Joaquina Barata Teixeira, julgue os itens de **74** a **76** no que se refere ao planejamento em serviço social.

- 74** O planejamento é um processo racional que se realiza por meio de operações complexas e articuladas de reflexão, decisão, ação e retomada da reflexão.
- 75** O planejamento estratégico pode ser compreendido como a forma contemporânea da planificação e pode ser desenvolvido tanto no âmbito da Administração Pública quanto no do setor privado.
- 76** No planejamento, a avaliação é a etapa final do processo. É a avaliação que irá indicar se as metas e os objetivos do planejamento foram alcançados com êxito.

Julgue os itens de **77** a **80**, relativos a questões teóricas e históricas sobre Estado, à questão social e a políticas sociais.

- 77** No Estado liberal, a economia capitalista prescinde de renovar suas formas de controle social para garantir o consenso social e a hegemonia política.
- 78** Segundo a concepção neoliberal, a questão da pobreza está vinculada a fatores estruturais, o que propicia a politização da questão social.
- 79** O projeto neoliberal submete os direitos sociais à lógica orçamentária, favorece o desmonte das políticas sociais, amplia a seletividade para o acesso a programas de enfrentamento à pobreza e propicia a privatização e a mercantilização dos serviços sociais.
- 80** Para Yamamoto, as políticas governamentais que beneficiam a esfera financeira e do grande capital produtivo são a raiz da questão social na atualidade.

Acerca das dimensões políticas e práticas da profissão de assistente social, julgue os itens **81** e **82**.

- 81** A práxis é uma ação consciente que faz parte da rotina do assistente social e é utilizada para responder às necessidades práticas e imediatas de reprodução social.
- 82** O exercício profissional do assistente social é inevitavelmente polarizado pelos interesses das classes sociais em disputa e está inserido em uma trama contraditória, na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e o prosseguimento da sociedade de classes gera as possibilidades de sua transformação.

A Política Nacional de Fiscalização (PNF) é um instrumento importante e necessário na perspectiva da defesa da profissão e da qualidade dos serviços prestados pelo assistente social. Com relação à Política Nacional de Fiscalização, julgue os itens de **83** a **85**.

- 83** Para fiscalizar o exercício profissional, os Conselhos Regionais de Serviço Social deverão manter, em caráter permanente, uma Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), formada, no máximo, por seis membros: um agente fiscal concursado, a quem caberá a coordenação; dois conselheiros; e três assistentes sociais da base, inscritos no Conselho Regional de Serviço Social e em pleno gozo de seus direitos. Caso não haja representantes suficientes na jurisdição, a COFI deverá ser formada por um representante de cada segmento.
- 84** As ações referentes à fiscalização são de competência privativa do agente fiscal, que deverá realizar o registro da intervenção e encaminhá-lo para a COFI.
- 85** Atuar em situações que indiquem a violação da legislação profissional, com a adoção dos procedimentos administrativos necessários, dar encaminhamento às denúncias e queixas que não sejam de natureza ética e propor ao Conselho Pleno do Conselho Regional de Serviço Social a representação, perante a autoridade policial ou judiciária, da ocorrência de exercício ilegal da profissão são competências da COFI.

O Código Processual de Ética foi resultado de um amplo debate entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social, que teve como um de seus objetivos aprimorar e tornar mais eficazes os instrumentos que possibilitam a aplicação das normas expressas no Código de Ética do Assistente Social. No que se refere ao Código Processual de Ética, julgue os itens de **86** a **89**.

- 86** Toda denúncia, representação ou queixa de assistente social, usuário e entidade realizada no Conselho Regional de Serviço Social deverá ser apurada por meio da instauração de processo administrativo disciplinar (PAD).
- 87** A primeira instância para apreciar, apurar e julgar infrações éticas é o Conselho Regional de Serviço Social onde o profissional estiver inscrito ao tempo do fato punível ou de sua ocorrência.
- 88** O Conselho Regional de Serviço Social formará uma Comissão de Instrução composta por dois conselheiros do Conselho Regional e um assistente social da base, que deverá utilizar todos os mecanismos e instrumentos legais para apurar, de forma competente, os fatos denunciados.

- 89** Após decorridos cinco anos da aplicação da pena de cassação do exercício profissional, poderá o penalizado requerer sua reabilitação perante o Conselho Regional de Serviço Social respectivo, solicitando a reativação de seu registro profissional.

Quanto à Política Nacional de Estágio (PNE) e às diretrizes curriculares do serviço social, julgue os itens **90** e **91**.

- 90** Entre os princípios que devem orientar a realização do estágio no serviço social, podem ser apontados: a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; a articulação entre universidade e sociedade; e a interdisciplinaridade.
- 91** São atribuições do supervisor acadêmico manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário, e avaliar a pertinência da abertura e do encerramento do campo de estágio.

Há trinta anos, foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inaugurando a doutrina da proteção integral, que atribui às crianças e aos adolescentes a condição de sujeitos de direitos. Com base no ECA, julgue os itens de **92** a **94**.

- 92** O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.
- 93** Suponha-se que Rodrigo, de quinze anos de idade, resida com seus pais em uma cidade distante 400 km de Aracaju e que seus avós, que moram em Aracaju, o tenham convidado para passar uma temporada com eles. É sabido, no entanto, que os genitores de Rodrigo não o poderão acompanhar, devido a compromissos assumidos. Nesse caso, conforme o ECA, Rodrigo poderá viajar sozinho para Aracaju, em ônibus interestadual, se apresentar um documento de identificação com foto e a autorização por escrito dos pais.
- 94** Ao se aplicar a medida de proteção, um dos princípios que deverá direcionar a ação é o da proporcionalidade e atualidade, que preconiza que a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontra no momento em que a decisão é tomada.

A Lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso constituem importantes instrumentos normativos, que garantem a proteção e os direitos de mulheres e idosos, respectivamente. Considerando essa informação, julgue os itens de **95** a **98**.

- 95** O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando for necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
- 96** A prestação de alimentos provisionais ou provisórios é uma das medidas protetivas de urgência que o juiz poderá aplicar ao agressor.

- 97** No atendimento da autoridade policial, a mulher em situação de violência doméstica e familiar e suas testemunhas têm a garantia de que não terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas, salvo se a repartição pública não tiver estrutura física e recursos humanos para cumprir esse dispositivo.
- 98** É assegurado o benefício de prestação continuada aos idosos, a partir de 65 anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família. O benefício de prestação continuada já concedido a qualquer membro da família não será computado para os fins do cálculo da renda familiar *per capita*.

Julgue os itens **99** e **100**, relativos à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

- 99** A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz não acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, sendo limitado a dois anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício.
- 100** O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é um órgão consultivo da Política de Assistência Social, subordinado à Administração Federal, e seus membros, nomeados pelo presidente da República, têm mandato de dois anos, permitida uma única recondução por igual período.

A respeito dos princípios fundamentais da Administração Federal, julgue os itens de **101** a **106**.

- 101** O concurso público é a regra geral para a investidura em cargo público, permitindo-se a contratação direta de pessoal no caso de estado de calamidade pública nacional.
- 102** Nas licitações públicas, a escolha da proposta de menor preço, independentemente da qualificação técnica, se justifica, em função do princípio da eficiência.
- 103** A colocação de uma placa divulgando a realização de uma obra pública e identificando o órgão responsável por sua execução é compatível com o princípio da publicidade.
- 104** Com base no princípio do planejamento, nos termos do Decreto-lei n.º 200/1967, o plano plurianual, os planos nacionais, setoriais e regionais e o orçamento anual, previstos na Constituição, já constavam como instrumentos básicos da ação governamental.
- 105** A nomeação de parente da autoridade nomeante até o 3.º grau, para cargo permanente de órgão da Administração, em razão de concurso público, constitui violação ao princípio da impessoalidade.
- 106** O princípio da autotutela traduz-se na capacidade que tem a Administração de anular seus próprios atos, por considerá-los ilegais, inconvenientes ou inoportunos.

Julgue os itens de **107** a **111**, que tratam da estrutura da Administração Federal.

- 107** A criação de autarquia e a autorização para outras entidades da Administração dependem de lei específica; a criação de subsidiárias depende de autorização legislativa.
- 108** Os conselhos federais e regionais das respectivas categorias profissionais são considerados como autarquias federais, têm orçamentos próprios e gerem suas anuidades, cobradas compulsoriamente.
- 109** Uma empresa pública é de direito privado e tem a forma de uma sociedade por ações, com participação majoritária da União, podendo ter participação de outras entidades da administração indireta.
- 110** O grau de autonomia – gerencial, orçamentária e financeira – dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta pode ser ampliado mediante contrato entre o Poder Público e os respectivos dirigentes, com a fixação de metas de desempenho.
- 111** Os fundos de natureza contábil distinguem-se dos de natureza financeira: os primeiros se referem à administração direta, sendo movimentados pela conta única; e os outros pertencem à administração indireta e são contas específicas.

Acerca dos ministérios e de suas respectivas áreas de competência, julgue os itens de **112** a **116**.

- 112** As entidades da administração indireta são subordinadas ao Ministério em cuja área de competência se enquadrar alguma de suas atividades principais.
- 113** O Banco Central é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Economia, embora seu presidente tenha *status* de ministro.
- 114** A PEC n.º 108/2019 propõe que os conselhos profissionais sejam desvinculados da estrutura da Administração Pública, tratando-os como de direito privado que atuam em colaboração com o Poder Público.
- 115** A regulação profissional constitui área de competência do Ministério da Economia.
- 116** O combate à violência, ao preconceito, à discriminação e à intolerância situa-se no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Julgue os itens de **117** a **120**, relativos aos poderes e deveres do administrador público.

- 117** Os danos provocados a terceiros por ação direta do administrador público são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo ação de ressarcimento por parte do respectivo órgão ou entidade.
- 118** A existência de dano ao Erário, mesmo que se trate de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, impõe ao órgão de controle interno, sob pena de responsabilidade solidária, recomendar a instauração de processo de tomada de contas especial.
- 119** Se o administrador aprovar uma modalidade de licitação cujos limites sejam inferiores àqueles que seriam exigidos para a respectiva aquisição pretendida, terá como justificativa seu poder discricionário.
- 120** O poder hierárquico fundamenta-se na prerrogativa do administrador público de interpretar e aplicar disposições legais quando as normas pertinentes forem omissas.